



Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

ÍNDICE

Balancos Patrimoniais	3
Demonstração do Resultado do Exercício	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	
1. Contexto operacional	10
2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias	11
3. Principais práticas contábeis	11
4. Normas e interpretações novas e revisadas	16
5. Caixa e equivalentes de caixa	17
6. Aplicações financeiras	18
7. Caixa restrito	18
8. Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	19
9. Tributos e contribuições a compensar	19
10. Imobilizado	20
11. Intangível	23
12. Empréstimos e Financiamento	26
13. Tributos e encargos sociais a recolher	28
14. Encargos regulatórios a recolher	28
15. Provisões	29
16. Patrimônio Líquido	29
17. Receita operacional bruta	32
18. Resultado financeiro	33
19. Imposto de renda e contribuição social	34
20. Transações com partes relacionadas	34
21. Instrumentos financeiros	35
22. Seguros	37
23. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário	37
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábil regulatória	43

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.982	2.251
Aplicações financeiras	6	4.095	870
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	8	2.205	5.476
Estoques		1.120	1.155
Tributos e contribuições a compensar	9	215	215
Outros		656	677
		10.273	10.644
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa Restrito	7	5.704	6.008
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	8	100	-
		5.804	6.008
Imobilizado	10	383.010	397.180
Intangível	11	265	522
		383.275	397.702
Total do ativo		399.352	414.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2018	2017
Passivo Circulante			
Fornecedores		1.090	1.201
Empréstimos e Financiamentos	12	20.372	21.663
Tributos e encargos sociais a recolher	13	639	857
Encargos Regulatórios a recolher	14	329	34
Obrigações trabalhistas	15	-	433
Outros		1.842	1.764
		24.272	25.952
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	12	40.445	55.105
Encargos Regulatórios a recolher	14	763	1.262
		41.208	56.367
Patrimônio líquido			
Capital social	17 (a)	300.910	300.910
Reservas de Lucros	17 (c)	32.962	31.125
		333.872	332.035
Total do passivo e do patrimônio líquido		399.352	414.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2018	2017
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	18	61.250	59.275
		61.250	59.275
Tributos			
PIS		(412)	(382)
COFINS		(1.902)	(1.762)
		(2.314)	(2.144)
Encargos			
Reserva global de reversão – RGR		(1.362)	(1.640)
Taxa de fiscalização de serviços de energia		(212)	(218)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(567)	(546)
		(2.141)	(2.404)
Receita Líquida		56.795	54.727
Custos e despesas			
Pessoal		(3.783)	(3.942)
Material		(171)	(261)
Serviços de terceiros		(2.717)	(3.295)
Provisões para demandas judiciais		-	1
Depreciação e amortização		(15.798)	(15.669)
Seguros		(164)	(231)
Doações, contribuições e subvenções.		(27)	(24)
Arrendamento e aluguéis		(151)	(241)
Outras despesas operacionais		(7)	(57)
Gastos diversos		(107)	(132)
		(22.925)	(23.851)
Resultado da Atividade		33.870	30.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	19	885	1.065
Despesas Financeiras	19	<u>(5.090)</u>	<u>(6.258)</u>
		<u>(4.205)</u>	<u>(5.193)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro			
		<u>29.665</u>	<u>25.683</u>
Despesas com Imposto de renda e contribuição social Corrente	20	<u>(2.229)</u>	<u>(2.146)</u>
Resultado líquido do Exercício			
		<u>27.436</u>	<u>23.537</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		27.436	23.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado do Exercício		27.436	23.537
Outros resultados abrangentes		-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>27.436</u>	<u>23.537</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		27.436	23.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucro					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva para retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2016		300.910	9.794	30.519	(58.929)	48.205	-	330.499
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	23.537	23.537
Parcela realizada da reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	(2.009)	2.009	-
Destinação do lucro								
Reserva Legal	17(c)		1.967	-	-	-	(1.967)	-
Reserva para retenção de lucros	17(c)	-	-	-	(1.413)	-	1.413	-
Reserva especial de lucros a realizar	17(c)	-	-	-	-	15.146	(15.146)	-
Dividendos intermediários		-	-	(12.155)	-	-	(9.846)	(22.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		300.910	11.761	18.364	(60.342)	61.342	-	332.035
Lucro Líquido do exercício			-	-	-	-	27.436	27.436
Destinação do lucro								
Reserva Legal	17(c)		2.573	-	-	-	(2.573)	-
Reserva especial de dividendo não distribuído	17(c)		-	4.985	-	-	(4.985)	-
Reserva para retenção de lucros	17(c)		-	-	12.643	-	(12.643)	-
Reserva especial de lucros a realizar	17(c)		-	-	61.342	(61.342)	-	-
Dividendos intermediários	17(b)		-	(18.364)	-	-	(7.235)	(25.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		300.910	14.334	4.985	13.643	-	-	333.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	27.436	23.537
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (notas 10 e 11)	15.798	15.669
Custo residual de ativo imobilizado baixado (nota 10 e 11)	-	1.992
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	4.950	6.107
	<u>48.184</u>	<u>47.305</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	304	(245)
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	3.169	(1.534)
Estoques	35	(682)
Tributos e contribuições a compensar	-	56
Serviços em curso	(202)	-
Adiantamento a fornecedores	-	188
Outros	226	864
	<u>3.532</u>	<u>(1.353)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(111)	99
Tributos e encargos sociais a recolher	(218)	163
Encargos regulatórios a recolher	(248)	196
Obrigações estimadas	(433)	21
Outros	78	6
	<u>(932)</u>	<u>485</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>50.784</u>	<u>46.437</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(3.225)	(1)
Imobilizado (nota 10)	(1.372)	(2.460)
Intangível (nota 11)	-	(9)
	<u>(4.597)</u>	<u>(2.470)</u>
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(4.597)</u>	<u>(2.470)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 12)	(14.760)	(14.760)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 12)	(6.097)	(6.986)
Dividendos pagos	(25.599)	(22.001)
	<u>(46.456)</u>	<u>(43.747)</u>
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(46.456)</u>	<u>(43.747)</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(269)</u>	<u>220</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.982	2.251
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.251	2.031
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>(269)</u>	<u>220</u>

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$946 (R\$3.835 em 2017).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, controladora), constituída em 22 de julho de 2008, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provimento de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos conforme Contratos de Concessão.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês Base
012/2008	30	15.10.38	5 anos	2019	IPCA	10.749	06/18
015/2008	30	15.10.38	5 anos	2019	IPCA	34.823	06/18
018/2008	30	15.10.38	5 anos	2019	IPCA	6.061	06/18
021/2011	30	09.12.41	5 anos	2022	IPCA	2.344	06/18

Contrato nº 012/2008

Subestação Piratininga II, em 345/138/88 kV 1200 MVA e Linha de transmissão (LT) em 345 kV, circuitos duplos, com extensão aproximada de 1,5 km, com origem na Subestação Interlagos e término na Subestação Piratininga II, que entrou em operação comercial no dia 26 de dezembro de 2011.

Contrato nº 015/2008

Subestações Mirassol II, Getulina e Araras, em 440/138 kV. As obras pertencentes ao Contrato de Concessão nº 015/2008 foram concluídas e iniciaram as suas operações comerciais como segue (a) Subestação Araras 440/138 kV com potência instalada de 900 MVA e demais instalações associadas, em 5 de setembro de 2010; (b) Subestação Getulina 440/138 kV com potência instalada de 300 MVA e demais instalações associadas, em 10 de março de 2011; e (c) Subestação Mirassol II 440/138 kV com potência instalada de 900 MVA e demais instalações associadas, em 17 de abril de 2011.

Contrato nº 018/2008

Subestação Atibaia II, em 345/138 kV 300 MVA. As obras da Subestação Atibaia II, entraram em operação comercial no dia 8 de janeiro de 2013.

Contrato nº 021/2011

Subestação Itapeti em 345/138/88 kV 600 MVA. As obras da Subestação Itapeti entraram em operação comercial no dia 09 de agosto de 2013.

Todos os Contratos de Concessão preveem o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL, estes valores estão contemplados no ativo contratual.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de elaboração das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 23 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

3 Principais práticas Contábeis Regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que a ONS apura/ reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2014.

3.3 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais, abaixo descritos, fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar anualmente um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam, principalmente, o Contas a Receber – Concessionárias e Permissionárias.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

(i) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 18.3).

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 10 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.10 Arrendamentos

(a) A Companhia como arrendatária

- *Arrendamentos operacionais*

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.11 Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 16 (a).

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.16 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (*IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers*)**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho.

- **CPC nº48 – Instrumentos financeiros (*IFRS 9 Financial Instruments*)**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos		302	450
Equivalentes de caixa			
Compromissada (a)	94,0% a 97,0%	<u>1.680</u>	<u>1.801</u>
		<u>1.982</u>	<u>2.251</u>

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 22 (c).

(a) Títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos registradas na CETIP.

6 Aplicações financeiras

	<u>% do CDI</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundos de investimentos	100,0%	<u>4.095</u>	<u>870</u>
		<u>4.095</u>	<u>870</u>

A Companhia concentra suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:

Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente para controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

O referido fundo de investimentos possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado à composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou da taxa SELIC.

7 Caixa Restrito

O saldo de caixa restrito R\$5.704 (R\$6.008 em 2017), refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Companhia deverá manter conta reserva de no mínimo três vezes o valor da última parcela vencida com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente, incluindo parcela do principal e juros (nota 12). No caso do ICSD inferior a 1,3 a conta reserva deverá ser composta por no mínimo seis vezes o valor da última parcela vencida.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A conta reserva dos serviços da dívida será movimentada exclusivamente para quitação de prestações ou no momento em que a Companhia for dispensada da manutenção da reserva dada pelo BNDES, conforme critérios estabelecidos no contrato de financiamento. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco do Brasil S.A., onde os recursos estão depositados.

8 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	Corrente a vencer	Corrente vencida				2018	2017
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Transmissão de Energia							
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.184	19	1	1	100	2.305	5.476
	2.184	19	1	1	100	2.305	5.476

9 Tributos e contribuições a compensar

	2018	2017
Imposto de renda a recuperar	50	50
Contribuição social a recuperar	16	16
ICMS a recuperar	149	149
	215	215

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

a) Ativo imobilizado em Serviço

	<u>Custo em</u> <u>2017</u>	<u>Adições</u> <u>(A)</u>	<u>*Baixas</u> <u>(B)</u>	<u>Transferências</u> <u>(C)</u>	<u>Custo em</u> <u>2018</u>	<u>Adições Líquidas =</u> <u>(A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação</u> <u>Acumulada</u>	<u>Saldo em</u> <u>2018</u>	<u>Saldo em</u> <u>2017</u>
Transmissão									
Terrenos	574	-	-	-	574	-	-	574	574
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.463	-	-	-	23.463	-	(4.896)	18.567	19.370
Máquinas e equipamentos	442.809	-	-	4.659	447.468	4.659	(91.818)	355.650	365.672
Móveis e utensílios	12	-	-	-	12	-	(5)	7	8
Administração									
Máquinas e equipamentos	636	-	-	-	636	-	(132)	504	561
Subtotal	467.494	-	-	4.659	472.153	4.659	(96.851)	375.302	386.185

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo imobilizado em Curso

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>*Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	3.647	632	-	(3.338)	941	(2.706)	-	941	3.647
Outros	6.643	740	-	(1.321)	6.062	(581)	-	6.062	6.643
Administração									
Máquinas e equipamentos	705	-	-	-	705	-	-	705	705
Subtotal	10.995	1.372	-	(4.659)	7.708	(3.287)	-	7.708	10.995
Total do Ativo Imobilizado	478.489	1.372	-	-	479.861	1.372	(96.851)	383.010	397.180

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Bruto	Depreciação Acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Terrenos	0,00%	574	-	574	574
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,21%	23.463	(4.896)	18.567	19.370
Máquinas e equipamentos	3,45%	447.468	(91.818)	355.650	365.672
Móveis e utensílios	6,25%	12	(5)	7	8
Administração					
Máquinas e equipamentos	8,05%	636	(132)	504	561
		472.153	(96.851)	375.302	386.185
Em Curso					
Transmissão		7.003	-	7.003	10.290
Administração		705	-	705	705
		7.708	-	7.708	10.995
		479.861	(96.851)	383.010	397.180

d) Composição das adições do imobilizado em curso

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias		535	-	535
Máquinas e Equipamentos	525	105	2	632
A Ratear	-	32	7	39
Desenvolvimento de projetos	-	146	-	146
Material em Depósito	20	-	-	20
Total das adições	545	818	9	1.372

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em serviço

	Custo em 2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Transmissão									
Software	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração									
Softwares	1.281	-	-	-	1.281	-	(1.025)	256	513
Subtotal	1.281	-	-	-	1.281	-	(1.025)	256	513

b) Ativo intangível em curso

	Custo em 2017	Adições (A)	*Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Administração									
Softwares	9	-	-	-	9	-	-	9	9
Subtotal	9	-	-	-	9	-	-	9	9
Total do Ativo Intangível	1.290	-	-	-	1.290	-	(1.025)	265	522

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de amortização

		2018		2017	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Bruto	Amortização Acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Administração					
Softwares	20,0%	1.281	(1.025)	256	513
		<u>1.281</u>	<u>(1.025)</u>	<u>256</u>	<u>513</u>
Em Curso					
Administração					
Softwares		9	-	9	9
		<u>9</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>9</u>
		<u>1.290</u>	<u>(1.025)</u>	<u>265</u>	<u>522</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Empréstimos e Financiamentos

a) Composição dos saldos

Moeda nacional	Juros de curto prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo	Adimplente	Data da Captação /Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data da próxima amortização	Vencimento Final	Frequência amortização	Sistemática amortização
	5.712	14.660	40.445	60.817											
BNDES 13.2.0650.1 - PSI (i)	120	1.783	5.944	7.847	Sim	Set/13	Recebíveis	Não há	3,50%	15/01/19	Mensal	15/01/19	15/04/23	Mensal	SAC
BNDES 13.2.0650.1 - FINEM (i)	332	511	4.172	5.015	Sim	Set/13	Recebíveis	TJLP	2,06%	15/01/19	Mensal	15/01/19	15/02/28	Mensal	SAC
BNDES 10.2.2034.1 - PSI (ii)	2.117	9.033	9.785	20.935	Sim	Jan/11	Recebíveis	Não há	5,50%	15/01/19	Mensal	15/01/19	15/01/21	Mensal	SAC
BNDES 10.2.2034.1 - FINEM (ii)	3.143	3.333	20.544	27.020	Sim	Jan/11	Recebíveis	TJLP	2,62%	15/01/19	Mensal	15/01/19	15/05/26	Mensal	SAC

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) Contrato 13.2.0650.1

Em 2013, a Companhia obteve recursos junto ao BNDES para financiar a implementação da infraestrutura das linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão nº 021/2011, com amortização em até 168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014. As fianças bancárias foram dispensadas pelo BNDES em 23 de junho de 2015.

(ii) Contrato 10.2.2034.1

Em 2010, a Companhia obteve recursos junto ao BNDES para financiar a implementação da infraestrutura das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão nº 012/2008, 015/2008 e 018/2008, com amortização em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. As fianças bancárias foram dispensadas pelo BNDES em 23 de junho de 2015.

O montante de custos incorridos nas operações totaliza R\$963. O saldo de custos a serem apropriados, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$347.

Existe interveniência da controladora CTEEP nos contratos de financiamento de BNDES.

Os contratos de BNDES possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros. Na ocorrência do não cumprimento dos indicadores há cláusulas de “cross default” que estabelecem a antecipação das dívidas. Em 31 de dezembro de 2018, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

b) Vencimentos das parcelas a longo prazo

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025+</u>	<u>Total</u>
Moeda Nacional							
BNDES 10.2.2034.1 - PSI	9.033	752	-	-	-	-	9.785
BNDES 10.2.2034.1 - FINEM	3.333	3.333	3.333	3.333	3.333	3.880	20.545
BNDES 13.2.0650.1 - PSI	1.783	1.783	1.783	594	-	-	5.943
BNDES 13.2.0650.1 - FINEM	<u>511</u>	<u>511</u>	<u>511</u>	<u>511</u>	<u>511</u>	<u>1.617</u>	<u>4.172</u>
	<u>14.660</u>	<u>6.379</u>	<u>5.627</u>	<u>4.438</u>	<u>3.844</u>	<u>5.497</u>	<u>40.445</u>

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldos em 2016	<u>92.484</u>
Pagamentos de principal	(14.760)
Pagamentos de juros	(6.986)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>6.030</u>
Saldos em 2017	<u>76.768</u>
Pagamentos de principal	(14.760)
Pagamentos de juros	(6.097)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>4.906</u>
Saldos em 2018	<u><u>60.817</u></u>

d) Composição Ativos Financeiros

	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal + Juros LP</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos Financeiros			
Caixas e Aplicações Financeiras	6.077	-	6.077
Caixa Restrito	-	5.704	5.704
	<u>6.077</u>	<u>5.704</u>	<u>11.781</u>

e) Composição do Endividamento e Dívida Líquida

	<u>Juros de Curto Prazo</u>	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal + LP</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Dívida Bruta					
Moeda Nacional	5.712	14.660	40.445	60.817	76.768
Ativos Financeiros	-	6.077	5.704	11.781	9.129
Dívida Líquida				<u>49.036</u>	<u>67.639</u>

13 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda	272	325
Contribuição social	167	189
COFINS	134	162
PIS	29	35
INSS	16	21
ISS	2	19
Imposto de renda retido na fonte	3	47
FGTS	-	28
Outros	16	31
	<u>639</u>	<u>857</u>

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	1.092	1.023
Reserva Global de Reversão – RGR	-	273
	<u>1.092</u>	<u>1.296</u>
Circulante	<u>329</u>	<u>34</u>
Não circulante	<u>763</u>	<u>1.262</u>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

15 Obrigações trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Férias, 13º e encargos sociais	-	301
Participação nos lucros e resultados - PLR	-	132
Circulante	<u>-</u>	<u>433</u>

Em 2018 a Companhia assinou contrato de compartilhamento de despesas de pessoal que implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados com a controladora CTEEP, e são registradas em outros passivos – partes relacionadas (nota 21).

16 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2018, não há demandas judiciais com probabilidade de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui cinco ações de natureza trabalhista, tributária e cível envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$674 (R\$302 em 2017).

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O capital social autorizado da Companhia em 2018 e 2017 é de 300.910.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2018 e 2017 totaliza R\$300.910, está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

Em 08 de junho de 2017, a Companhia efetuou pagamento dos dividendos aos acionistas no montante de R\$12.001, sendo R\$8.001 correspondentes a R\$0,026385 e R\$4.000 correspondentes a R\$0,013193 por ação ordinária. Os respectivos dividendos foram originados da reserva especial de dividendos não distribuídos, constituída em exercícios anteriores.

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$10.000, correspondente a R\$0,033233 por ação ordinária, sendo R\$9.846 mil correspondente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2017 e R\$154 mil originado da reserva especial de dividendos não distribuídos, constituída em exercícios anteriores.

Os respectivos dividendos foram originados da reserva especial de dividendos não distribuídos, constituído no exercício de 2016.

Em 29 de junho de 2018, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$15.800, originado da reserva especial de dividendos não distribuídos constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em 27 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$9.799, sendo R\$2.564 originado da reserva especial de dividendos não distribuídos constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e R\$7.235 como dividendos intermediários do exercício de 2018, a serem imputados como dividendo obrigatório, correspondentes a R\$0,032568 por ação ordinária.

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de lucro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva legal (i)	14.334	11.761
Reserva de retenção de lucros (ii)	13.643	(60.342)
Reserva especial de dividendo não distribuído (iii)	4.985	18.364
Reserva especial de lucros a realizar (iv)	-	61.342
	<u>32.962</u>	<u>31.125</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(iii) Reserva especial de dividendo não distribuído

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A parcela dos lucros não distribuída foi destinada à constituição de reserva especial a fim de subsidiar novos investimentos em reforços e o cumprimento das obrigações.

18 Receita operacional bruta

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta		
Rede básica	61.250	51.990
Demais Instalações de Transmissão - DIT	-	7.285
	<u>61.250</u>	<u>59.275</u>

18.1 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A primeira revisão tarifária periódica da Companhia foi definida por intermédio das Resoluções Homologatórias nº 1.755 e nº 1.762 de 24 de junho e 09 de julho de 2014, respectivamente, e pelo Despacho nº 1.816 de 02 de junho de 2015 reduzindo a RAP em 4,6%, para o contrato 018/2008, em 5,4% para o contrato 012/2008 e em 5,4% para o contrato 015/2008, vigentes a partir de 01 de julho de 2014.

Quanto ao contrato 021/2011, passou por sua primeira RTP em julho/17, no qual sua RAP foi reduzida em 9,44%, de acordo com o disposto na Resolução Homologatória nº 2.257, de 20 de junho de 2017.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa (REN) n.º 782/2017, atualizou a REN n.º 729/2016, extinguindo o adicional de RAP para todas as transmissoras a partir de março de 2018.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

18.3 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 2.408, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das

Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

De acordo com a Resolução Homologatória n.º 2.408, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da Companhia (contratos n.º 012/2008, 015/2008, 018/2008, 021/2011), líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R\$56.390 em 01 de julho de 2017, passou para R\$53.977 em 01 de julho de 2018, apresentando um queda de R\$2.413, equivalente a (4,3%).

A Receita Total da Companhia, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2018 até 30 de junho de 2019 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
012/2008	6	9.129	(797)	977	1.376	58	10.749
015/2008	14.625	17.331	(1.813)	4.295	424	(39)	34.823
018/2008	54	4.496	(140)	1.641	54	(44)	6.061
021/2011	-	4.200	(3.397)	-	1.541	-	2.344
	14.685	35.156	(6.147)	6.913	3.395	(25)	53.977

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19 Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	851	1.038
Descontos obtidos	15	13
Outras	19	14
	<u>885</u>	<u>1.065</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(4.907)	(6.030)
Variações monetárias	(44)	(86)
Taxas bancárias/Imposto sobre operações financeiras	(135)	(133)
Outras	(4)	(9)
	<u>(5.090)</u>	<u>(6.258)</u>
	<u>(4.205)</u>	<u>(5.193)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de IR e CS correntes totalizam R\$ 2.229, que representam o valor efetivamente recolhido a RFB, para o exercício de 2018.

A Companhia adota o regime de lucro presumido trimestral.

21 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita/ (Despesa)</u>	<u>Receita/ (Despesa)</u>
Benefícios de curto prazo (*)	Administração	-	-	(47)	(57)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	ISA CTEEP	(571)	(3)	(234)	(46)
Prestação de serviços	ISA CTEEP	(103)	(43)	(1.532)	(1.343)

(*) Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de outros passivos, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Companhia e o grupo ISA CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes.

22 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos financeiros			
Valor justo através do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.982	2.251
Aplicações financeiras	2	4.095	870
Caixa restrito	2	5.704	6.008
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias			
Circulante		2.205	5.475
Não circulante		100	-
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante		20.372	21.663
Não circulante		40.445	55.105
Fornecedores		1.090	1.201

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	20.372	21.663
Não circulante	40.445	55.105
Dívida total	60.817	76.768
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6.077	3.121
Dívida líquida	54.740	73.647
Patrimônio líquido regulatório	333.872	332.035

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento calculados a partir das demonstrações financeiras societárias e ajustados conforme previsto nos respectivos contratos (nota 12). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atende aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 19.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (notas 12).
- (iv) **Risco de captação** – A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/18 a 19/12/19	224.313	150
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/18 a 19/12/19	50.000(*)	-
			<u>150</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** – Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

24 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.982	-	1.982	2.251	-	2.251
Aplicações financeiras	4.095	-	4.095	870	-	870
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	2.205	(2.205)	-	5.476	(5.476)	-
Contas a Receber (ativo de concessão)	-	49.533	49.533	-	53.815	53.815
Estoques	1.120	-	1.120	1.155	-	1.155
Tributos e contribuições a compensar	215	-	215	215	-	215
Outros	656	-	656	677	-	677
	10.273	47.328	57.601	10.644	48.339	58.983
Ativo Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Caixa Restrito	5.704	-	5.704	6.008	-	6.008
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	100	(100)	-	-	-	-
Contas a Receber (ativo de concessão)	-	543.283	543.283	-	558.140	558.140
Estoques	-	2.307	2.307	-	2.287	2.287
	5.804	545.490	551.294	6.008	560.427	566.435
Imobilizado	383.010	(382.964)	46	397.180	(397.133)	47
Intangível	265	-	265	522	-	522
	383.275	(382.964)	311	397.702	(397.133)	569
Total do ativo	399.352	209.854	609.206	414.354	211.633	625.987

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
Passivo Circulante						
Fornecedores	1.090	-	1.090	1.201	-	1.201
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	20.372	-	20.372	21.663	-	21.663
Tributos e encargos sociais a recolher	639	-	639	857	-	857
Encargos Regulatórios a recolher	329	-	329	34	-	34
Provisões	-	-	-	433	-	433
Outros	1.842	-	1.842	1.764	-	1.764
	24.272	-	24.272	25.952	-	25.952
Passivo Não circulante						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	40.445	-	40.445	55.105	-	55.105
Encargos Regulatórios a recolher	763	-	763	1.262	-	1.262
PIS COFINS diferidos	-	21.554	21.554	-	24.701	24.701
IR e CS diferidos	-	18.207	18.207	-	20.843	20.843
	41.208	39.761	80.969	56.367	45.544	101.911
Total do Passivo	65.480	39.761	105.241	82.319	45.544	127.863
Patrimônio líquido						
Capital social	300.910	-	300.910	300.910	-	300.910
Reservas de Lucros	32.962	170.093	203.055	31.125	166.089	197.214
Total do Patrimônio Líquido	333.872	170.093	503.965	332.035	166.089	498.124
Total do passivo e do patrimônio líquido	399.352	209.854	609.206	414.354	211.633	625.987

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	61.250	5.488	66.738	59.275	3.125	62.400
	61.250	5.488	66.738	59.275	3.125	62.400
Tributos						
PIS	(412)	421	9	(382)	(17)	(399)
COFINS	(1.902)	1.943	41	(1.762)	(77)	(1.839)
	(2.314)	2.364	50	(2.144)	(94)	(2.238)
Encargos						
Reserva global de reversão – RGR	(1.362)	-	(1.362)	(1.640)	-	(1.640)
Taxa de fiscalização de serviços de energia	(212)	-	(212)	(218)	-	(218)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(567)	-	(567)	(546)	-	(546)
	(2.141)	-	(2.141)	(2.404)	-	(2.404)
Receita Líquida	56.795	7.852	64.647	54.727	3.031	57.758
Custos e despesas						
Pessoal	(3.784)	(8)	(3.792)	(3.942)	(381)	(4.323)
Material	(171)	(525)	(696)	(261)	(2.047)	(2.308)
Serviços de terceiros	(2.717)	(817)	(3.534)	(3.295)	(133)	(3.428)
Provisões para demandas judiciais	-	-	-	1	(1)	-
Depreciação e amortização	(15.798)	15.540	(258)	(15.669)	15.412	(257)
Seguros	(164)	-	(164)	(231)	231	-
Doações, contribuições e subvenções	(27)	-	(27)	(24)	24	-
Arrendamento e aluguéis	(151)	-	(151)	(241)	(1)	(242)
Outras despesas operacionais	(7)	-	(7)	(57)	-	(57)
Gastos diversos	(106)	-	(106)	(132)	(251)	(383)
	(22.925)	14.190	(8.735)	(23.851)	12.853	(10.998)
Resultado da Atividade	33.870	22.042	55.912	30.876	15.884	46.760

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Continuação	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário
Resultado Financeiro						
Receitas Financeiras	885	-	885	1.065	-	1.065
Despesas Financeiras	(5.090)	-	(5.090)	(6.258)	-	(6.258)
	(4.205)	-	(4.205)	(5.193)	-	(5.193)
Lucro Antes dos impostos sobre o lucro	29.665	22.042	51.707	25.683	15.884	41.567
Despesas com Impostos	(2.229)	1.975	(254)	(2.146)	(80)	(2.226)
Resultado líquido do Exercício	27.436	24.017	51.453	23.537	15.804	39.341
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	27.436	24.017	51.453	23.537	15.804	39.341

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

24.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo de Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(b) Ativo de Concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

24.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

24.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS refere-se às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme regime competência apresentado no balanço societário. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.